

A revista *Direito Público*, publicação oficial do mestrado em direito constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, ruma para seus quinze anos de existência e chega ao volume 77 trazendo uma excelente notícia: nossa revista *Direito Público* é agora Qualis A1.

Atingimos com isso o patamar de excelência para a publicação de periódicos científicos em direito, conforme as regras da CAPES. Isso nada mais é do que o resultado de um trabalho constante no aperfeiçoamento dos procedimentos de seleção e avaliação de manuscritos que são submetidos à Revista. Seguiremos mantendo o patamar de exigência para a publicação dos artigos, certos de que, com isso, contribuímos para o debate científico do direito constitucional.

Neste volume trazemos “Processo Civil Europeu e Constituição: as Regras Europeias de Jurisdição e os Direitos Fundamentais de Defesa”, de Rui Pereira Dias, que traz importante análise jurisprudencial no âmbito do direito internacional privado. Grace Ladeira Garbaccio, Christophe Krolík e Ana Carolina de Moura Maciel trazem importante estudo sobre a busca pelo equilíbrio entre responsabilidade socioambiental e eficácia econômica no artigo “Sustainability: The Search For the Balance Between Socio-Environmental Responsibility and Business Economic Efficiency”. Em linha com as discussões de direito ambiental, José Adércio Leite Sampaio contribui com “Proteção do Meio Ambiente no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. O artigo de Luiz Alberto Blanchet, Regeane Bransin Quetes e Luciana Proceke Tambosi, “Combate ao Trabalho Informal: Políticas Públicas de Promoção dos Direitos Sociais dos Trabalhadores”, faz uma profunda análise das políticas públicas de proteção ao trabalhador. O artigo “STF: Ideias para Transformação em Corte Constitucional”, de Emerson Ademir Borges de Oliveira, questiona a posição do STF como Corte constitucional no Brasil, trazendo propostas de mudança. Maria Claudia Silva Antunes de Souza, Micheline Ramos de Oliveira e Flávio Ramos em “O Espaço Público Não Estatal e a Violência: Além da Judicialização e da Vulnerabilidade?” abordam importante tema da atualidade a partir da investigação da atuação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em Itajaí/SC. Por fim, Flávio Garcia Cabral e Nuno Roberto Coelho Pio defendem o “Controle Social como Mecanismo de Efetivação da Eficiência Administrativa”.

Registre-se aqui nosso agradecimento a todos aqueles que colaboraram com a revista *Direito Público* ao longo dos anos, tornando-a um veículo de referência para o debate em direito constitucional no Brasil.

João Paulo Bachur